



Concurso Público para provimento de cargo de
Analista Ministerial
Área Jurídica

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'AG', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, devolva este caderno ao fiscal, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Português

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto abaixo.

Um dos poemas mais notáveis da língua inglesa é dedicado por Edgar Allan Poe a uma mulher a quem deu o nome de Helena. Seria ela efetivamente, para o poeta, uma encarnação da princesa homérica? Seja qual for a resposta, em seu poema ele lhe dizia que sua beleza era maior do que a de uma mortal. Ao contemplá-la, ele tinha consciência de reviver acontecimentos passados, que ainda lhe eram presentes e familiares, pois assim se via transportado de volta "à glória que foi a Grécia e à grandeza que foi Roma".

Esses versos tornaram-se um clichê usado para exprimir o que se considera um irreversível compromisso entre o passado e o presente. Eis aí duas culturas, a grega e a romana, que na Antiguidade se reuniram para criar uma civilização comum, a qual continua existindo como um fato histórico no interior de nossa própria cultura contemporânea. O clássico ainda vive e se move, e mantém seu ser como um legado que provê o fundamento de nossas sensibilidades. Poe certamente acreditava nisso; e é possível que isso em que ele acreditava ainda seja por nós obscuramente sentido como verdadeiro, embora não de modo consciente.

Se Grécia e Roma foram, para Poe, uma espécie de casa, em cujos familiares cômodos ele gostava de morar, se Roma e Grécia têm ainda alguma realidade atual para nós, esse estado de coisas funda-se num pequeno fato tecnológico. A civilização dos gregos e romanos foi a primeira na face da terra fundada na atividade do leitor comum; a primeira capaz de dar à palavra escrita uma circulação geral; a primeira, em suma, a tornar-se letrada no pleno sentido deste termo, e a transmitir-nos o seu conhecimento letrado.

(Fragmento adaptado de Eric A. Havelock. **A revolução da escrita na Grécia e suas consequências culturais.** Trad. de Ordep José Serra. São Paulo: Editora da UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p.45-6)

1. A civilização greco-romana é vista no texto como
- (A) muito sedutora para o homem de hoje, que é inconscientemente levado à indistinção entre passado e presente.
 - (B) modelo a ser seguido em todas as áreas do conhecimento humano, da poesia à arquitetura.
 - (C) ainda vibrante nos livros de história e nas obras clássicas, a despeito das diferenças marcantes que a separam de nossa cultura.
 - (D) viva e pulsante, porquanto atualizada na permanência da escrita na base da cultura contemporânea.
 - (E) um mundo encantado, povoado por criaturas mortais e imortais trazidas até nós por meio dos textos escritos.

2. A referência à **escrita** como **tecnologia** justifica-se
- (A) pela modernidade dessa invenção, que só viria a ser plenamente utilizada em nosso próprio tempo.
 - (B) por tratar-se de uma técnica, método ou processo desenvolvido para determinada atividade humana.
 - (C) pelo fato de que essa invenção contém virtualmente todas as conquistas da tecnologia de ponta de nosso tempo.
 - (D) pela liberdade poética que o autor se concede, pois a atividade da escrita não pode ser propriamente chamada de tecnológica.
 - (E) por estar associada ao contexto da Antiguidade, em que os inventos mais simples eram denominados tecnológicos.

3. O segmento cujo sentido está adequadamente expresso em outras palavras é:
- (A) *letrada no pleno sentido deste termo* = registrada no significado amplo da palavra
 - (B) *encarnação da princesa homérica* = emulação da extraordinária aristocrata
 - (C) *irreversível compromisso entre o passado e o presente* = inalienável acordo entre dois tempos
 - (D) *legado que provê o fundamento* = testamento que antecipa o resultado
 - (E) *clichê usado para exprimir* = lugar-comum empregado para expressar

4. *Seja qual for a resposta, em seu poema ele lhe dizia que sua beleza era maior do que a de uma mortal.*
- O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está empregado em:
- (A) ... *como um legado que provê o fundamento de nossas sensibilidades.*
 - (B) *Poe certamente acreditava nisso...*
 - (C) ... *a primeira capaz de dar à palavra escrita uma circulação geral...*
 - (D) ... *a primeira, em suma, a tornar-se letrada no pleno sentido deste termo...*
 - (E) *Eis aí duas culturas, a grega e a romana, que na Antiguidade se reuniram para...*

5. Ao se substituir um elemento de determinado segmento do texto, o pronome foi empregado de modo INCORRETO em:
- (A) *e mantém seu ser* = e lhe mantém
 - (B) *é dedicado [...] a uma mulher* = lhe é dedicado
 - (C) *reviver acontecimentos passados* = revivê-los
 - (D) *para criar uma civilização comum* = para criá-la
 - (E) *que provê o fundamento* = que o provê



6. ... pois assim se via transportado de volta "à glória que foi a Grécia e à grandeza que foi Roma".

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está em:

- (A) *Poe certamente acreditava nisso...*
- (B) *Se Grécia e Roma foram, para Poe, uma espécie de casa...*
- (C) *... ainda seja por nós obscuramente sentido como verdadeiro, embora não de modo consciente.*
- (D) *... como um legado que provê o fundamento de nossas sensibilidades.*
- (E) *Seria ela efetivamente, para o poeta, uma encarnação da princesa homérica?*

7. Atente para as afirmações abaixo sobre a pontuação empregada em segmentos transcritos do texto.

I. *Eis aí duas culturas, a grega e a romana, que na Antiguidade se reuniram para criar uma civilização comum...*

A substituição das vírgulas por travessões redundaria em prejuízo para a correção e a lógica.

II. *Se Grécia e Roma foram, para Poe, uma espécie de casa...*

A retirada simultânea das vírgulas não implicaria prejuízo para a correção e a lógica.

III. *... a primeira, em suma, a tornar-se letrada no pleno sentido deste termo, e a transmitir-nos o seu conhecimento letrado.*

A vírgula colocada imediatamente depois de *termo* é facultativa.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) III.

8. ... assim [ele] se via transportado de volta "à glória que foi a Grécia e à grandeza que foi Roma".

Ambos os sinais indicativos de crase devem ser mantidos caso o segmento sublinhado seja substituído por:

- (A) enaltecia.
- (B) louvava.
- (C) aludia.
- (D) mencionava.
- (E) evocava.

Atenção: As questões de números 9 a 12 referem-se ao texto abaixo.

*Entre 1639 e 1643 funcionou no telhado do casarão em Recife em que residia o conde Maurício de Nassau, governador do Brasil holandês, um observatório astronômico inspirado no da famosa Universidade de Leiden e dotado da melhor instrumentação da época, inclusive de uma luneta. O alemão George Marcgrave (1610-1644), um dos naturalistas trazidos para cá por Nassau, foi o responsável pela abertura dessa janela para os céus em terras tropicais e seu único usuário. O livro **O observatório no telhado**, de Oscar T. Matsuura, reconta a história dessa empreitada científica e dos estudos feitos por Marcgrave nesse campo específico do conhecimento.*

*Mais conhecido por seus trabalhos em história natural e cartografia feitos durante sua estada no Brasil, entre 1638 e 1643, Marcgrave é pouco lembrado por suas observações astronômicas. No livro, Matsuura enfoca justamente esse lado B do alemão, normalmente ofuscado por ele ter sido coautor do clássico **Historia naturalis brasiliae**. Tendo estudado em Leiden antes de vir para o Novo Mundo, ele foi um dos pioneiros no uso da luneta para observações astronômicas sistemáticas. Da sede do poder no Brasil holandês, Marcgrave acompanhou e anotou, sempre sozinho, alguns fenômenos celestes, sobretudo eclipses lunares e solares.*

Astrônomo de formação, Matsuura comenta tecnicamente cada observação feita por Marcgrave em solo brasileiro e também discute a polêmica histórica em torno da localização exata do observatório no telhado.

(Adaptado de Marcos Pivetta. **Um telhado para as estrelas. Pesquisa FAPESP**, fev. 2012. p. 93)

9. Depreende-se corretamente do texto que

- (A) o observatório instalado no casarão de Nassau em Recife foi o primeiro centro de observações astronômicas no Novo Mundo.
- (B) a existência do observatório astronômico no telhado do casarão era desconhecida dos outros naturalistas trazidos ao Brasil por Nassau.
- (C) os instrumentos de observação astronômica foram fabricados no Brasil, ainda que inspirados nos do observatório da Universidade de Leiden.
- (D) Marcgrave foi o primeiro estudioso a utilizar a luneta para a realização de observações astronômicas sistemáticas.
- (E) os holandeses, sob o comando de Nassau, tinham como um de seus objetivos no Brasil a realização de estudos naturalistas e cartográficos.



10. No livro, *Matsuura enfoca justamente esse lado B do alemão, normalmente ofuscado por ele ter sido coautor do clássico **Historia naturalis brasiliae**.*

A afirmação acima indica que o livro de Matsuura

- (A) aborda uma faceta menos prestigiada da personalidade de Marcgrave, que era o primeiro a não atribuir grande importância a seus estudos astronômicos.
- (B) detém-se particularmente numa parcela pouco evidenciada dos estudos de Marcgrave, que tende a ser evocado mais como naturalista do que como astrônomo.
- (C) abre um grande espaço para os estudos astronômicos de Marcgrave, ainda que privilegie sua produção em história natural e cartografia.
- (D) defende, ao contrário de outros estudiosos, que as pesquisas de Marcgrave na área da astronomia constituem a parte mais importante de sua obra.
- (E) confronta a produção de Marcgrave como astrônomo e como naturalista, concluindo que o livro de que foi coautor tem sido supervalorizado pelos autores que tratam do período.

11. *Da sede do poder no Brasil holandês, Marcgrave acompanhou e anotou, sempre sozinho, alguns fenômenos celestes, sobretudo eclipses lunares e solares.*

Ao transpor-se a frase acima para a voz passiva, as formas verbais resultantes serão:

- (A) eram anotados e acompanhados.
- (B) fora anotado e acompanhado.
- (C) foram anotados e acompanhados.
- (D) anota-se e acompanha-se.
- (E) foi anotado e acompanhado.

12. Substituindo-se o segmento grifado pelo que se encontra entre parênteses ao final da transcrição, o verbo que NÃO poderá permanecer no singular está em:

- (A) *Da sede do poder no Brasil holandês, Marcgrave acompanhou alguns fenômenos celestes* (um dos naturalistas trazidos por Nassau)
- (B) *O livro O observatório no telhado, de Oscar T. Matsuura, reconta a história* (A maior parte dos capítulos do livro **O observatório no telhado**)
- (C) *telhado do casarão em Recife em que residia o conde Maurício de Nassau* (o conde Maurício de Nassau e seus familiares)
- (D) *Entre 1639 e 1643 funcionou no telhado do casarão em Recife um observatório astronômico* (um observatório astronômico com os melhores instrumentos da época)
- (E) *No livro, Matsuura enfoca justamente esse lado B* (o autor e alguns de seus colaboradores)

Matemática e Raciocínio Lógico

13. Em uma festa haviam apenas casais e seus respectivos filhos naturais, que chamaremos de meninos e meninas. A respeito dessas pessoas presentes na festa, sabe-se que:

- havia mais meninos do que meninas;
- não havia casais sem filhos;
- cada menino tem uma irmã.

Apenas com os dados fornecidos, com relação às pessoas presentes na festa, é necessariamente correto afirmar que há

- (A) menos pais do que filhos.
- (B) casais com dois filhos e uma filha.
- (C) casais com apenas uma filha.
- (D) o mesmo número de homens e mulheres.
- (E) mais mulheres do que homens.

14. Um casal de idosos determinou, em testamento, que a quantia de R\$ 4.950,00 fosse doada aos três filhos de seu sobrinho que os ajudara nos últimos anos. O casal determinou, também, que a quantia fosse distribuída em razão inversamente proporcional à idade de cada filho por ocasião da doação. Sabendo que as idades dos filhos eram 2, 5 e x anos respectivamente, e que o filho de x anos recebeu R\$ 750,00, a idade desconhecida é, em anos,

- (A) 4.
- (B) 6.
- (C) 7.
- (D) 9.
- (E) 8.

15. Em fevereiro de 2012, quatro irmãos, todos nascidos em janeiro, respectivamente nos anos de 1999, 1995, 1993 e 1989, se reuniram para abrir o testamento do pai que havia morrido pouco antes. Estavam ansiosos para repartir a herança de R\$ 85.215,00. O texto do testamento dizia que a herança seria destinada apenas para os filhos cuja idade, em anos completos e na data da leitura do testamento, fosse um número divisor do valor da herança. Os filhos que satisfizessem essa condição deveriam dividir igualmente o valor herdado. O que cada filho herdeiro recebeu foi

- (A) R\$ 85.215,00.
- (B) R\$ 28.405,00.
- (C) R\$ 42.607,50.
- (D) R\$ 21.303,75.
- (E) R\$ 0,00.



16. O dono de uma obra verificou que, com o ritmo de trabalho de 15 trabalhadores, todos trabalhando apenas 4 horas por dia, o restante de sua obra ainda levaria 12 dias para ser encerrado. Para terminar a obra com 9 dias de trabalho o dono da obra resolveu alterar o número de horas de trabalho por dia dos trabalhadores. Com a proposta feita, cinco trabalhadores se desligaram da obra. Com o pessoal reduzido, o número de horas de trabalho por dia aumentou ainda mais e, mesmo assim, houve acordo e as obras foram retomadas, mantendo-se o prazo final de 9 dias. Após três dias de trabalho nesse novo ritmo de mais horas de trabalho por dia, cinco trabalhadores se desligaram da obra. O dono desistiu de manter fixa a previsão do prazo, mas manteve o número de horas de trabalho por dia conforme o acordo. Sendo assim, os trabalhadores restantes terminaram o que faltava da obra em uma quantidade de dias igual a
- (A) 42.
 - (B) 36.
 - (C) 24.
 - (D) 12.
 - (E) 8.

Informática

17. No *Microsoft Word 2007* ou superior é possível salvar arquivos no formato de texto *Open Document*, usado por alguns aplicativos de processamento de texto, como o *OpenOffice.org Writer* e o *Google Docs*. A extensão de um arquivo salvo no formato de documento citado acima é:
- (A) .odt
 - (B) .pdf
 - (C) .xps
 - (D) .mdb
 - (E) .pps

18. No *Microsoft Excel 2007* o conteúdo de uma célula aparece, por padrão, com orientação horizontal. Para mudar o conteúdo dessa célula para orientação vertical, ou seja, para fazer com que o conteúdo da célula apareça no sentido vertical, pode-se clicar com o botão direito do mouse sobre a célula desejada e selecionar a opção:
- (A) Alinhamento. Em seguida, clica-se na opção Definir Como e, na caixa de diálogo que aparece, seleciona-se a opção alinhamento vertical.
 - (B) Rotação. Em seguida, seleciona-se o sentido vertical ou digita-se o grau de rotação do texto.
 - (C) Formatar células. Em seguida clica-se na guia Alinhamento e, na divisão Orientação, seleciona-se o sentido vertical ou digita-se o grau de rotação do texto.
 - (D) Texto Vertical. Em seguida, seleciona-se o grau de rotação do texto e clica-se no botão Aplicar ao texto selecionado.
 - (E) Formatar alinhamento. Em seguida, clica-se na opção Alinhamento do texto e, na janela que se abre, seleciona-se a opção Alinhamento Vertical.

19. Considere as seguintes afirmativas sobre o *Libre Office Writer*:
- I. É possível selecionar um texto com a utilização da tecla SHIFT juntamente com as teclas de movimentação do cursor.
 - II. Uma das maneiras de converter o texto selecionado em maiúsculas é pela opção Alterar Caixa do menu Ferramentas.
 - III. É possível copiar o estilo sublinhado de um texto selecionado com o uso do pincel de estilo.
 - IV. Para aumentar o recuo de um texto é essencial que ele esteja selecionado ou essa operação não poderá ser aplicada.
 - V. É possível inserir uma quebra de página em um texto pressionando as teclas ALT+ENTER.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) IV e V.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e V.
- (D) I e III.
- (E) III, IV e V.

20. No *Libre Office Calc*, a função que retorna a data e hora atual do computador é chamada:

- (A) HoraAtual().
- (B) Agora().
- (C) DataHora().
- (D) Tempo().
- (E) Horário().

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. Considere:

- I. Ananias, nascido no Brasil, é filho de pai inglês e mãe alemã que não estavam a serviço de seus países.
- II. Aristóteles, nascido na Holanda, é filho de pai holandês e de mãe brasileira que estava a serviço do Brasil.
- III. Airton, nasceu na Rússia, filho de pai brasileiro e de mãe russa que veio residir no Brasil e, quando completou dezoito anos, de idade optou pela nacionalidade brasileira.
- IV. Alberto, nascido em Portugal, adquiriu a nacionalidade brasileira após residir por um ano ininterrupto no Brasil; possui idoneidade moral.
- V. Ataulfo, nascido na França, residente no Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, requereu a nacionalidade brasileira.

São considerados brasileiros natos

- (A) Ananias, Alberto e Ataulfo.
(B) Aristóteles, Airton e Ananias.
(C) Ataulfo, Airton e Aristóteles.
(D) Ataulfo, Alberto e Airton.
(E) Ananias, Aristóteles e Alberto.

22. Bernardo, com vinte e dois anos de idade, Bruno, com dezenove anos de idade, Bartolomeu, com vinte e seis anos de idade, Basílio, com trinta e três anos de idade e Beltrão, com trinta anos de idade, podem concorrer, respectivamente, aos cargos de:

- (A) Prefeito, Vereador, Deputado Estadual, Governador do Estado de Pernambuco e Governador do Distrito Federal.
(B) Vereador, Prefeito, Vice-Prefeito, Presidente da República e Vice-Governador do Estado de Pernambuco.
(C) Vice-Prefeito, Deputado Estadual, Deputado do Distrito Federal, Presidente da República e Vereador.
(D) Deputado Estadual, Vice-Prefeito, Deputado Federal, Vice-Presidente da República e Governador do Estado de Pernambuco.
(E) Vereador, Deputado Federal, Vice-Governador do Distrito Federal, Vice-Presidente da República e Deputado Federal.

23. O partido político URTJ, com autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, bem como para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, deverá, segundo o inciso III do artigo 17 da Constituição Federal, prestar contas

- (A) ao Tribunal de Contas da União.
(B) à Justiça Eleitoral.
(C) ao Congresso Nacional.
(D) ao Conselho Nacional de Justiça.
(E) ao Supremo Tribunal Federal.

24. De acordo com o artigo 20, inciso V, da Constituição Federal, os recursos naturais da zona econômica exclusiva são bens

- (A) do Município de Salvador – BA.
(B) do Estado de Pernambuco.
(C) do Estado de Roraima.
(D) da União.
(E) do Município de Recife – PE.

25. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre

- (A) organização do sistema nacional de emprego.
(B) proteção à infância e à juventude.
(C) navegação lacustre.
(D) navegação fluvial.
(E) sistemas de sorteios.

Direito Administrativo

26. Norberto, Prefeito de Araripina, celebrou contrato para a prestação de serviços públicos por meio da gestão associada sem observar as formalidades previstas na lei. A conduta narrada

- (A) constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, pois não está previsto em lei, nem como ato de improbidade gerador de lesão ao erário, nem que importe em enriquecimento ilícito.
(B) constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
(C) constitui ato de improbidade administrativa causador de prejuízo ao erário.
(D) não constitui ato ímprobo, porém caracteriza conduta criminosa.
(E) constitui mero ilícito administrativo.

27. O Estado de Pernambuco pretende realizar licitação, na modalidade concorrência, para a execução de grande e importante obra pública. O valor estimado para a mencionada licitação é superior a R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). Nos termos da Lei nº 8.666/1993, o mencionado processo licitatório será iniciado, obrigatoriamente, com uma audiência pública concedida pela autoridade responsável com uma antecedência mínima da data prevista para a publicação do edital. O prazo a que se refere o enunciado é de

- (A) 10 dias úteis.
(B) 5 dias úteis.
(C) 2 dias úteis.
(D) 15 dias úteis.
(E) 30 dias úteis.

28. O Município de Recife e a empresa Construir S/A, após o encerramento de procedimento licitatório, celebraram contrato administrativo para a construção de uma escola pública. No entanto, houve a rescisão do mencionado contrato, sem culpa da empresa contratada, em razão da supressão, por parte da Administração, de obras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. Na hipótese, a empresa Construir S/A será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

- (A) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão, apenas.
(B) devolução de garantia e pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão, apenas.
(C) devolução de garantia, pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão e pagamento do custo da desmobilização.
(D) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão e pagamento do custo da desmobilização, apenas.
(E) devolução de garantia, apenas.



29. Claudio, servidor público municipal, foi demitido do serviço público. Dois anos após a aplicação da aludida pena, esta foi invalidada por sentença judicial transitada em julgado. Nesses dois anos, Roberto, também servidor público municipal, ocupou o cargo antes ocupado por Claudio. Nesse caso, após a invalidação da demissão, Claudio e Roberto serão, respectivamente,

- (A) aproveitado no cargo e reintegrado ao cargo de origem.
- (B) aproveitado no cargo e reconduzido ao cargo de origem, com direito à indenização.
- (C) reintegrado ao cargo e posto em disponibilidade, mesmo que o cargo de Roberto não tenha sido extinto.
- (D) reintegrado ao cargo e reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização.
- (E) reconduzido ao cargo e aproveitado em outro, mesmo que o cargo de origem de Roberto esteja vago.

30. No que concerne ao processo administrativo disciplinar, é INCORRETO afirmar que

- (A) tem início com despacho de autoridade competente, determinando a instauração, ou seja, age *ex officio*, assim que tiver ciência de alguma irregularidade.
- (B) se desenvolve nas seguintes fases: instauração, instrução, defesa, relatório e decisão.
- (C) a fase de instrução rege-se pelo princípio do contraditório, não vigorando a oficialidade nesse momento, isto é, não é possível à comissão processante tomar a iniciativa de levantar provas.
- (D) não havendo elementos suficientes para instaurar o processo, a autoridade competente determinará previamente a realização de sindicância.
- (E) determinada a instauração e já autuado o processo, é este encaminhado à comissão processante, que o instaura, por meio de portaria.

Direito Civil

31. Bernadete contratou Gorete, advogada, para ajuizar ação de indenização por danos morais sofridos em razão da conduta ilícita de Valdo. Durante o curso do processo Bernadete celebrou acordo com Valdo, que efetuou o pagamento da quantia acordada diretamente para Bernadete. Após a homologação do acordo, da extinção do processo e do recebimento da quantia, Bernadete se recusou em pagar os honorários de Gorete. Neste caso, a pretensão de Gorete pelos seus honorários prescreverá em

- (A) dez anos, contados da celebração escrita ou verbal do contrato de honorários.
- (B) três anos, contado o prazo da conclusão dos serviços.
- (C) dois anos, contado o prazo da conclusão dos serviços.
- (D) cinco anos, contado o prazo da conclusão dos serviços.
- (E) dois anos, contado o prazo da homologação do acordo.

32. O negócio jurídico **A** foi celebrado com vício resultante de coação; o negócio jurídico **X** contém vício resultante de fraude contra credores; o negócio jurídico **Y** possui vício resultante de estado de perigo e o negócio jurídico **Z** teve por objeto fraudar lei imperativa. Segundo o Código Civil brasileiro, são anuláveis APENAS os negócios jurídicos

- (A) A, X e Y.
- (B) X, Y e Z.
- (C) A e Z.
- (D) A, Y e Z.
- (E) X e Y.

33. Considere as seguintes assertivas a respeito da transmissão das obrigações:

- I. Quando terceiro assume obrigação do devedor, com o consentimento expresso do credor, ficando exonerado o devedor primitivo, ocorrerá a Assunção de Dívida.
- II. Para que a transmissão de um crédito tenha eficácia perante terceiros a celebração desta transmissão deverá ocorrer, obrigatoriamente, mediante instrumento público.
- III. Independentemente do conhecimento da cessão pelo devedor, pode o cessionário exercer os atos conservatórios do direito cedido.
- IV. Salvo estipulação em contrário, prevê o Código Civil brasileiro que o cedente responde pela solvência do devedor.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III.
- (D) I e IV.
- (E) III e IV.

34. Para que se possa alterar o estatuto de uma fundação é mister que a reforma seja deliberada por dois terços dos competentes para geri-la e representá-la; não contrarie ou desvirtue o fim desta e seja aprovada pelo órgão do Ministério Público, e, caso este a denegue, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado. De acordo com o Código Civil brasileiro, quando a alteração não houver sido aprovada por votação unânime, os administradores da fundação, ao submeterem o estatuto ao órgão do Ministério Público, requererão

- (A) expressamente a publicação da alteração na imprensa oficial, com a competente notificação da minoria vencida, para, querendo, impugná-la em cinco dias.
- (B) que se dê ciência à minoria vencida para impugná-la, se quiser, em trinta dias.
- (C) expressamente a sua aprovação bem como a publicação da alteração na imprensa oficial, com a competente notificação da minoria vencida.
- (D) que se dê ciência à minoria vencida para impugná-la, se quiser, em dez dias.
- (E) expressamente a publicação da alteração na imprensa oficial, com a competente notificação da minoria vencida, para, querendo, impugná-la em quinze dias.



35. A empresa X comprou um liquidificador na empresa Y para uso de seus funcionários no refeitório. Quando o empregado Felipe ligou o liquidificador, o botão que liga e desliga o aparelho soltou-se impossibilitando o seu uso. Neste caso, o direito da empresa X em obter a redibição, segundo o Código Civil brasileiro, contados da entrega efetiva do liquidificador decairá no prazo de
- (A) dois anos.
(B) sessenta dias.
(C) noventa dias.
(D) um ano.
(E) trinta dias.
36. A cláusula resolutiva expressa, em regra,
- (A) opera de pleno direito.
(B) depende de interpelação judicial.
(C) depende de prévia notificação da outra parte.
(D) é proibida pelo ordenamento jurídico brasileiro.
(E) só é válida em contratos aleatórios.
- Direito Processual Civil**
37. De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, em matéria de repercussão geral no Supremo Tribunal Federal, se a Turma decidir pela existência da repercussão geral
- (A) por, no mínimo, dois votos, ficará dispensada a remessa do recurso ao Plenário.
(B) por, no mínimo, três votos, ficará dispensada a remessa do recurso ao Plenário.
(C) por, no mínimo, quatro votos, ficará dispensada a remessa do recurso ao Plenário.
(D) o recurso será remetido obrigatoriamente ao Plenário independentemente do número de votos.
(E) o recurso será remetido obrigatoriamente ao Plenário, sendo necessário o voto fundamentado de, no mínimo, cinco ministros.
38. No tocante aos Procuradores, considere:
- I. O advogado que intervir em um processo para praticar atos reputados urgentes, sem contudo juntar o instrumento de mandato, se obrigará, independentemente de caução, a exibir tal instrumento no prazo improrrogável de cinco dias.
- II. A procuração geral para o foro, conferida por instrumento público, ou particular assinado pela parte, habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, inclusive firmar compromisso.
- III. Sendo comum às partes o prazo, só em conjunto ou mediante prévio ajuste por petição nos autos, poderão os seus procuradores retirar os autos, ressalvada a obtenção de cópias para a qual cada procurador poderá retirá-los pelo prazo de uma hora independentemente de ajuste.
- IV. A parte será representada em juízo por advogado legalmente habilitado. Ser-lhe-á lícito, no entanto, postular em causa própria, quando tiver habilitação legal ou, não a tendo, no caso de falta de advogado no lugar ou recusa ou impedimento dos que houver.
- De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro está correto o que consta APENAS em
- (A) III e IV.
(B) II e III.
(C) II e IV.
(D) I e II.
(E) I, II e III.
39. Na época de Carnaval, Marta, residente em Recife, viajou com sua amiga, Gabriela, para Olinda, uma vez que ambas desejavam conhecer os famosos "Bonecos de Olinda". Quando as amigas estavam chegando no hotel colidiram o veículo de propriedade de Marta com o veículo de propriedade de Bruna, residente em Jaboatão e que também passava o Carnaval em Olinda. Marta pretende ajuizar ação de reparação de danos em razão do acidente de veículos que sofreu. De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, neste caso, será competente o foro de
- (A) Jaboatão ou Olinda.
(B) Recife ou Olinda.
(C) Jaboatão, apenas.
(D) Olinda, apenas.
(E) Recife ou Jaboatão.
40. Em determinada Ação de Alimentos constou o valor da causa de R\$ 3.600,00. Considerando que o autor requer um salário mínimo a título de prestação mensal referente aos alimentos, de acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, o valor da causa está
- (A) incorreto e o réu poderá impugnar, no prazo da contestação, o valor atribuído à causa pelo autor.
(B) correto, tratando-se do valor legal previamente estipulado no referido diploma legal correspondente à soma de seis prestações mensais requeridas pelo autor.
(C) incorreto e o réu poderá impugnar, no prazo de cinco dias contados da regular citação, o valor atribuído à causa pelo autor.
(D) incorreto e o réu poderá impugnar, no prazo de dez dias contados da regular citação, o valor atribuído à causa pelo autor.
(E) correto, uma vez que não há previsão legal expressa no Código de Processo Civil brasileiro relativo a valor da causa para Ação de Alimentos.
41. O processo ROSA foi suspenso por depender do julgamento de outra causa; o processo LILÁS foi suspenso porque tem por pressuposto o julgamento de questão de estado, requerido como declaração incidente; e o processo BRANCO foi suspenso porque não pode ser proferida sentença senão depois de produzida certa prova, requisitada a outro juízo. Nestes casos, o período de suspensão NÃO poderá exceder um ano nos processos
- (A) LILÁS e BRANCO, apenas.
(B) ROSA e BRANCO, apenas.
(C) ROSA, LILÁS e BRANCO.
(D) ROSA, apenas.
(E) LILÁS, apenas.
42. Márcia ajuizou medida cautelar de arrolamento de bens em face de seu marido, tendo em vista que ele está dissipando os bens do casal antes de requerer o competente divórcio. De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, quando a medida cautelar for concedida em procedimento preparatório, caberá à parte propor a ação competente no prazo de
- (A) sessenta dias, contados da data da distribuição da medida cautelar.
(B) trinta dias, contados da data da distribuição da medida cautelar.
(C) sessenta dias, contados da data da efetivação da medida cautelar.
(D) trinta dias, contados da data da efetivação da medida cautelar.
(E) cento e vinte dias, contados da data da distribuição da medida cautelar.



<p style="text-align: center;">Direito Penal</p> <p>43. Quanto ao crime de Inserção de Dados Falsos em Sistema de Informação, é correto afirmar que</p> <p>(A) esse tipo penal não alcança a exclusão indevida de dados corretos em banco de dados da Administração Pública.</p> <p>(B) a consumação independe da ocorrência de efetivo prejuízo para a Administração Pública.</p> <p>(C) só pode ser praticado por funcionário público autorizado a operar com sistemas informatizados, não admitindo coautoria nem participação.</p> <p>(D) esse tipo penal não alcança a conduta do funcionário público que facilita a inserção de dados falsos em banco de dados da Administração Pública por terceiro.</p> <p>(E) o dolo é genérico, não exigindo a finalidade de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou de causar dano.</p>	<p>47. No que concerne ao delito de contração de operação de crédito, considere:</p> <p>I. Se o agente público, com atribuições para ordenar operação de crédito, o faz sem prévia autorização legislativa, não chegando, porém, a se concretizar a contratação por circunstâncias alheias à sua vontade, deverá responder pelo delito na forma tentada.</p> <p>II. O sujeito ativo só pode ser agente público, motivo porque é inadmissível a participação criminosa de pessoa que não ostente a qualidade de funcionário público.</p> <p>III. O crime só é punível a título de dolo, não se caracterizando o delito em questão quando a conduta for decorrente de culpa, em quaisquer de suas modalidades.</p> <p>Está correto o que consta SOMENTE em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) I.</p>
<p>44. NÃO se aplica, em regra, a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de</p> <p>(A) barco mercante estrangeiro de propriedade privada em águas territoriais brasileiras.</p> <p>(B) navio de cruzeiro de propriedade de empresa estrangeira em águas territoriais brasileiras.</p> <p>(C) aeronave brasileira a serviço do governo brasileiro em espaço aéreo estrangeiro.</p> <p>(D) barco pesqueiro brasileiro de propriedade particular em águas territoriais estrangeiras.</p> <p>(E) aeronave comercial estrangeira em voo no espaço aéreo brasileiro.</p>	<p>48. O instituto que possibilita ao condenado abreviar, pelo trabalho, parte do tempo da condenação, é denominado:</p> <p>(A) detração.</p> <p>(B) remissão.</p> <p>(C) progressão.</p> <p>(D) regressão.</p> <p>(E) conversão.</p>
<p>45. Um oficial de justiça, em cumprimento a mandado judicial, recolhe à prisão o irmão gêmeo da pessoa que deveria ser presa. Preenchidos os demais requisitos legais, poderá ser reconhecida em favor do oficial de justiça a ocorrência de</p> <p>(A) erro sobre a pessoa.</p> <p>(B) estrito cumprimento de dever legal putativo.</p> <p>(C) estado de necessidade putativo.</p> <p>(D) erro sobre a ilicitude do fato.</p> <p>(E) erro determinado por terceiro.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Processual Penal</p> <p>49. Instaurado o inquérito policial por crime de ação penal pública, a autoridade policial formulou pedido de prazo para a sua conclusão. O juiz, no entanto, entendendo que não há prova suficiente da autoria, a requerimento do indiciado, determinou o arquivamento dos autos. Nesse caso, o juiz</p> <p>(A) só poderia ordenar o arquivamento se houvesse requerimento do Ministério Público nesse sentido.</p> <p>(B) só poderia ordenar o arquivamento antes do encerramento do inquérito se houvesse representação da autoridade policial nesse sentido.</p> <p>(C) poderia mandar arquivar o inquérito independentemente do assentimento do Ministério Público e da autoridade policial.</p> <p>(D) só poderia ordenar o arquivamento se o crime fosse de ação penal privada.</p> <p>(E) só poderia ordenar o arquivamento se o crime fosse de ação penal pública condicionada à representação do ofendido.</p>
<p>46. Leo adquiriu de pessoa desconhecida um aparelho destinado à falsificação de moeda. Em seguida, fabricou várias cédulas falsas de cem reais e as colocou em circulação, adquirindo bens diversos. Nesse caso, Leo responderá</p> <p>(A) pelos crimes de petrechos para falsificação de moeda, em continuidade delitiva.</p> <p>(B) unicamente pelo crime de petrechos para falsificação de moeda.</p> <p>(C) pelos crimes de petrechos para falsificação de moeda e moeda falsa, em concurso formal.</p> <p>(D) pelos crimes de petrechos para falsificação de moeda e moeda falsa, em concurso material.</p> <p>(E) unicamente pelo crime de moeda falsa.</p>	<p>50. Em uma ação penal privada, o querelante deixou de formular pedido de condenação nas alegações finais, limitando-se a pedir que seja feita justiça. Nesse caso,</p> <p>(A) só poderá condenar o réu se houver pedido de condenação por parte do Ministério Público.</p> <p>(B) o juiz poderá condenar o querelado, se for essa a sua convicção.</p> <p>(C) deverá absolver o querelado, em razão da ausência de pedido expresso de condenação pelo querelante.</p> <p>(D) o juiz deverá considerar perempta a ação penal.</p> <p>(E) poderá absolver o réu, se for essa a sua convicção e houver pedido expresso nesse sentido pelo Ministério Público.</p>



<p>51. Uma denúncia está assim redigida: “José da Silva, no mês de agosto de 2011, praticou crime de peculato. Denuncio-o, por isso, como incurso no art. 312 do Código Penal”. Essa denúncia deve ser</p> <p>(A) recebida, porque contém dados suficientes para que o réu possa dela se defender.</p> <p>(B) recebida, porque menciona a época aproximada do fato, o nome do réu e o delito de que é acusado.</p> <p>(C) rejeitada, porque não contém o rol de testemunhas.</p> <p>(D) recebida, porque os detalhes e circunstâncias do fato constam do inquérito policial.</p> <p>(E) rejeitada, por inépcia, uma vez que não descreve o fato criminoso com todas as suas circunstâncias.</p>	<p>54. A respeito do <i>Habeas Corpus</i>, considere:</p> <p>I. O réu está preso e a prova colhida na instrução é contraditória, havendo testemunhas que incriminaram o réu e outras que o inocentaram.</p> <p>II. A prisão provisória do indiciado foi decretada por decisão fundamentada do representante do Ministério Público.</p> <p>III. A autoridade competente manteve no cárcere o indiciado quando a lei autorizava a concessão de fiança.</p> <p>A coação considera-se ilegal e pode ser reparada através de <i>habeas corpus</i> nas situações indicadas em</p> <p>(A) III.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) I.</p> <p>(E) II e III.</p>
<p>52. A doutrina denomina conexão instrumental a que ocorre quando</p> <p>(A) uma infração tiver sido praticada para facilitar ou ocultar outra.</p> <p>(B) duas ou mais infrações forem praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas.</p> <p>(C) a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.</p> <p>(D) duas ou mais infrações forem praticadas por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar.</p> <p>(E) uma infração tiver sido praticada para conseguir impunidade ou vantagem de outra.</p>	<p style="text-align: center;">Legislação aplicada ao MPPE</p> <p>55. Em caso de falta ou impedimento do Procurador-Geral de Justiça, serão sucessivamente chamados ao exercício da função, o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos</p> <p>(A) Administrativos, o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais e o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos.</p> <p>(B) Institucionais, o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos e o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos.</p> <p>(C) Jurídicos, o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais e o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.</p> <p>(D) Institucionais, o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.</p> <p>(E) Jurídicos, o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos e o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.</p>
<p>53. Em uma ação penal privada, o juiz</p> <p>(A) não pode, em razão da natureza da ação, decretar a prisão preventiva do querelado.</p> <p>(B) só pode decretar a prisão preventiva do querelado se houver requerimento do Ministério Público.</p> <p>(C) pode decretar a prisão preventiva do querelado de ofício somente se houver representação da autoridade policial.</p> <p>(D) só pode decretar a prisão preventiva do querelado se houver requerimento do querelante.</p> <p>(E) pode decretar a prisão preventiva do querelado de ofício, mesmo se não houver requerimento do Ministério Público, do querelante ou de representação da autoridade policial.</p>	<p>56. A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, prevista na Lei nº 12.956/2005, será composta por até</p> <p>(A) 5 (cinco) servidores estáveis, todos designados pela Procuradoria-Geral de Justiça, dentre integrantes do quadro permanente, sendo, no mínimo, um deles analista ministerial.</p> <p>(B) 3 (três) servidores estáveis, todos designados pela Procuradoria-Geral de Justiça, dentre integrantes do quadro permanente, sendo, no mínimo, um deles analista ministerial.</p> <p>(C) 5 (cinco) servidores estáveis, todos designados pelo Conselho Superior do Ministério Público, dentre integrantes do quadro permanente, sendo, no mínimo, dois deles analistas ministeriais.</p> <p>(D) 3 (três) servidores estáveis, todos designados pelo Conselho Superior do Ministério Público, dentre integrantes do quadro permanente, sendo, no mínimo, um deles analista ministerial.</p> <p>(E) 5 (cinco) servidores estáveis, todos designados pelo Conselho Superior do Ministério Público, dentre integrantes do quadro permanente, sendo, no mínimo, um deles analista ministerial.</p>



57. Analise as seguintes assertivas sobre o Estatuto do Idoso:

- I. Compete ao Ministério Público, dentre outras atribuições estabelecidas no Estatuto do Idoso, atuar como substituto processual do idoso em situação de risco, quando tiver ameaçados ou violados direitos reconhecidos no Estatuto por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento, ou em razão de sua condição pessoal.
- II. As transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil, desde que homologadas perante o juízo competente.
- III. A falta de intervenção do Ministério Público nos processos em que não for parte e que versem sobre direitos e deveres preconizados pelo Estatuto do Idoso acarreta a nulidade do feito, que será declarada de ofício pelo juiz ou a requerimento de qualquer interessado.
- IV. Aos idosos, a partir de 60 (sessenta) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) I e III.

58. Sobre a apuração de ato infracional atribuído a adolescente e a atuação do Ministério Público, é certo que:

- (A) Se o adolescente, devidamente notificado, não comparecer, injustificadamente, à audiência de apresentação, a autoridade judiciária designará nova data, determinando sua condução coercitiva.
- (B) A representação para a autoridade judiciária para aplicação de medida socioeducativa depende de prova pré-constituída da autoria e materialidade.
- (C) Sendo impossível a apresentação imediata do adolescente apreendido em flagrante de ato infracional, a autoridade policial encaminhará o adolescente à entidade de atendimento, que fará a apresentação ao representante do Ministério Público no prazo de quarenta e oito horas.
- (D) Sendo o adolescente liberado, a autoridade policial encaminhará no prazo de cinco dias ao representante do Ministério Público cópia do auto de apreensão ou boletim de ocorrência.
- (E) O prazo máximo e improrrogável para a conclusão do procedimento, estando o adolescente internado provisoriamente, será de sessenta dias.

59. Analise as seguintes assertivas sobre a Autonomia Funcional e Administrativa do Ministério Público:

- I. O Ministério Público poderá, nos termos da lei, propor ao Poder Executivo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira.
- II. Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.
- III. Leis Ordinárias dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público Estadual, observadas as garantias e vedações estabelecidas na Constituição Federal.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) III.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) II.

60. No que concerne ao Estatuto do Idoso e à Proteção Judicial dos Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Indisponíveis ou Homogêneos, é INCORRETO afirmar:

- (A) Em caso de desistência ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado deverá assumir a titularidade ativa.
- (B) Admitir-se-á litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União e dos Estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida o Estatuto do Idoso.
- (C) Se o órgão do Ministério Público, esgotadas todas as diligências, determinar o arquivamento do inquérito civil de forma fundamentada, remeterá os autos, sob pena de se incorrer em falta grave, no prazo de 3 (três) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público.
- (D) Decorridos 60 (sessenta) dias do trânsito em julgado da sentença condenatória favorável ao idoso sem que o autor lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, facultada igual iniciativa aos demais legitimados, como assistentes ou assumindo o polo ativo, em caso de inércia desse órgão.
- (E) Nas ações para proteção judicial dos Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Indisponíveis ou Homogêneos, não haverá adiamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, mas o Ministério Público na pessoa do Poder Executivo Estadual ou Federal, responderá pelo ônus da sucumbência no caso de sentença desfavorável.